

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CIDADANIA E PROJECTO CURRICULAR DE TURMA

Iracema Andrade¹

“ A cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa.”

(Jorge Sampaio)

Abordar qualquer questão em torno da cidadania, não é tarefa fácil. E não menos fácil, e complexa, é a abordagem em torno da educação para a cidadania.

Embora sejam ambas de difícil consenso, já é possível encontrar-lhes linhas gerais e comuns, tanto mais que têm despertado o interesse de diferentes governos, políticos, investigadores, pedagogos, professores, e tem estado na agenda de trabalho de várias organizações internacionais.

Está francamente reconhecido que grande parte da construção da cidadania, é missão da educação e por conseguinte, diz respeito a todas as instituições de instrução, formação e socialização. Assim a escola, enquanto instituição de instrução, formação e socialização, aparece como um lugar privilegiado para o exercício de cidadania.

O exercício desta cidadania, deve ser transversal ao patamar da organização escolar e ao patamar curricular. Isto tudo porque a educação para a cidadania não se esgota no currículo, mas também porque, a cidadania não se ensina, vivencia-se. Vivencia-se e constrói-se através da prática, da experiência, da reflexão crítica, da participação livre e responsável, atravessando todos os níveis de ensino e os saberes disciplinares.

Todos os saberes disciplinares são chamados para o exercício da cidadania, através de um trabalho que se quer multidisciplinar, orientado por tema(s) aglutinador(es) e competências transversais. Assim aparece o Projecto Curricular de Turma, com um espaço propício para o exercício da cidadania. Esta comunicação pretende alertar para o papel que a Geografia nas escolas pode assumir nos Projectos Curriculares de Turma.

Muito embora, a todos os saberes disciplinares seja reconhecida responsabilidade para o exercício da cidadania, à Geografia, pelo seu objecto de estudo, pelo seu método, pelas suas finalidades, pelos seus temas, conteúdos, cabe um papel fundamental na construção de uma educação da e para a cidadania, que se quer activa e múltipla.

Este é o fio condutor do trabalho que aqui se apresenta.

¹ Escola B 2,3 João Villaret - Loures

CIDADANIA A VÁRIAS ESCALAS ...

A cidadania apresenta hoje novos contornos e tem de ser pensada a várias escalas.

Se, por um lado a cidadania, por tradição, reportava-se simplesmente à identidade nacional, no actual quadro internacional globalizado, esta tem de se apresentar com um novo molde.

Depois de acabada a ordem internacional baseada no confronto das ideologias (polarizadas pelos E.U.A. e a U.R.S.S.), vive-se hoje um “interregno cultural”.

Com a queda do muro de Berlim em 1989, a nova ordem internacional levou a um crescente aumento dos regimes democráticos dos países, mas onde novos problemas e crises surgiram, quer nestas recém-nascidas democracias, quer nas já estabilizadas. Novas fragmentações territoriais emergem.

No discurso do actual quadro globalizado, que tanto é invocado, são ocultadas as populações mais desfavorecidas e o mundo organiza-se em torno de áreas centrais e áreas periféricas. Se atendermos à mundialização das economias e da informação, que tanto domina e determina a sociedade actual, os contrastes evidenciam-se entre os países e as regiões. Se por um lado encontramos países e grupo de países que detêm a capacidade de criar gerir e dominar o conhecimento e a economia, por outro encontramos países, regiões e populações arredados e excluídos destes poderes e do acesso a padrões mínimos de vida. “A globalização e o processo tecnológico, se para uns favorecem o crescimento da riqueza, promovem também uma dinâmica profundamente desigualitária, com particular incidência nas condições de vida dos indivíduos e nas suas estratégias” (Santos, Boaventura S.,2000) . A este propósito Boaventura de Sousa Santos, defende que o global não é mais do que um “local globalizado” e que não existe globalização, mas existem globalizações: a globalização hegemónica”... levada a cabo pelos grupos sociais e classes dominantes e a globalização contra-hegemónica, levada a cabo por grupos sociais e classes dominados ou subordinados” (Santos, Boaventura S., 2000;pág.19).

Se, a este contexto mundial acrescentarmos a pressão da competitividade damos conta das tensões sociais que têm marcado os nossos dias e as nossas sociedades, as quais são potenciais geradores de instabilidade, de erupções de violência e delinquência. Assim a globalização tende a tornar os estados nacionais impotentes perante as novas questões sociais.

Se invocarmos a globalização, a fragilidade em que se encontra o papel do Estado e a ameaça que os problemas sociais constituem hoje, cabe reencontrar um sentido e uma renovada prática de cidadania a várias escalas.

A **cidadania universal**, também reconhecida como a “**cidadania da aldeia global**”, que se exerce num espaço sem fronteiras e que tem voz nas conferências mundiais, acentua o significado da crescente importância dos Direitos Humanos numa escala mundial (muito marcada nas leis internacionais pós II Guerra Mundial), onde a referência central é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A cidadania universal é marcada pelo respeito e o exercício de direitos humanos igualitários. Abordar a cidadania universal é também contemplar uma cidadania multicultural e

intercontinental, onde o diálogo, a cooperação, a tolerância e a solidariedade devem estar presentes.

O triângulo do exercício desta cidadania universal assenta nos problemas da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável e deve ser radicada na identidade planetária, numa pertença à Terra-Pátria (Edgar Morim, 1999 in Educar para a cidadania, pág. 10). Só assim podemos dizer que “ Pela primeira vez, o homem compreendeu que é um habitante do planeta e que deve, pensar e agir numa nova perspectiva, não apenas na visão de indivíduo, família ou género, de Estado ou grupo de Estados, mas numa perspectiva planetária (Vladimir Vernadsky, 1994).

Se, por um lado, o sentido da cidadania deve ser concebido atendendo a uma escala global, por outro lado, outras pertenças reclamam também cidadania.

Num círculo menos alargado, aos espaços transnacionais, uma cidadania partilhada de Supra-Nação, ganha igualmente espaço.

Do conjunto destes espaços, e por razões de pertença, a União Europeia, assume para nós relevância.

A **cidadania europeia** aparece assim com uma cidadania que se quer partilhada, com uma identidade comunitária que se quer ver constituída, que confere novos direitos mas também novas responsabilidades às populações dos Estados-Membros, e que tem como princípios fundamentais o Estado de Direito, a democracia e o respeito pelos Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A este propósito, Robert Shuman (1964) refere “ Este conjunto de países não poderá restringir-se a uma iniciativa económica e técnica, necessita de uma alma, da consciência das suas afinidades históricas e das suas responsabilidades presentes e futuras, uma vontade política ao serviço de um ideal humano partilhado”.

Uma bandeira, uma moeda única e um hino, são os símbolos desta cidadania europeia, que se quer partilhada, igualitária e assente em valores de construção para a paz e para a prosperidade. Mas esta cidadania transnacional deve complementar a cidadania nacional.

À escala nacional, assistimos a uma explosão da afirmação regional. Se numa escala global, como já vimos não somos todos iguais, e estando o Estado-Nação em crise e a não conseguir contrariar o global, as populações atribuem uma carga ideológica, uma carga de identidade e de pertença muito significativa à região e ao local, ou seja ao território mais próximo. É neste contexto que também o local reclama cidadania.

Esta **cidadania local** apela para uma intervenção em torno de problemas locais concretos, tocando muito de perto as questões da qualidade de vida, do ambiente e do património.

Ter uma intervenção democrática no local, em torno da conservação e da melhoria do ambiente, património e qualidade de vida, balizada pelo conhecimento e acção de direitos e deveres igualitários, dão corpo à cidadania local. Falar de uma cidadania local é falar de uma atitude de intervenção. O conceito de cidadania deve ser equacionado em termos da prática democrática ao nível dos contextos locais e concretos, apesar de se

poderem equacionar hipóteses de participação múltipla, em termos multinacionais. “ (Nogueira, 2001, p.106)

O novo paradigma de cidadania tem de ser concebido no entroncar destas múltiplas pertenças.

Cidadania tem de ser entendida como uma **cidadania múltipla** (Paixão, 2000), pois esta parece ser a forma de cidadania mais apropriada à pluralidade das sociedades actuais. Esta cidadania requer que as fronteiras não se fechem, e que os direitos, as responsabilidades e as intervenções, atravessem os territórios (ver fig. 1).

ESCOLA E CIDADANIA...

A educação para a cidadania ”... constitui um conjunto complexo que abarca, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública.”

(Delors, 1996)

Pode considerar-se como o grande desafio das sociedades actuais, a valorização da cidadania.

Educar para a cidadania é, por si só, uma garantia da democracia e pode realizar-se em diferentes contextos. É uma educação que diz respeito a todas as instituições de instrução, formação, socialização e de expressão da vida pública. Embora as organizações escolares de diferentes contextos educativos sejam lugares privilegiados para o exercício da cidadania, não detêm o monopólio da educação para a cidadania. Assim a educação para a cidadania, torna-se um desafio mas também, um compromisso, para todos aqueles que têm responsabilidades na formação dos públicos escolares (Reis, 2002).

Neste contexto, cabe aos sistemas educativos e por inerência à instituição escola, desenvolver saberes e práticas de cidadania.

Se tivermos em consideração a última década, verificamos que várias organizações internacionais têm apresentado propostas para desenvolver o conceito de cidadania, apresentando os valores e sugerindo estratégias educativas, o que reforça a valorização da educação para a cidadania.

“São de referir em especial, o projecto do BIE/UNESCO «Que educação para a cidadania?» (1993), o projecto do Conselho da Europa «Educação para a cidadania democrática» (1994-2000), o relatório da U.E. « Construir a Europa pela Educação e a

Formação» (1997) e o relatório Delors da UNESCO « Educação, um tesouro a descobrir»(1996).” (Paixão, p.11).

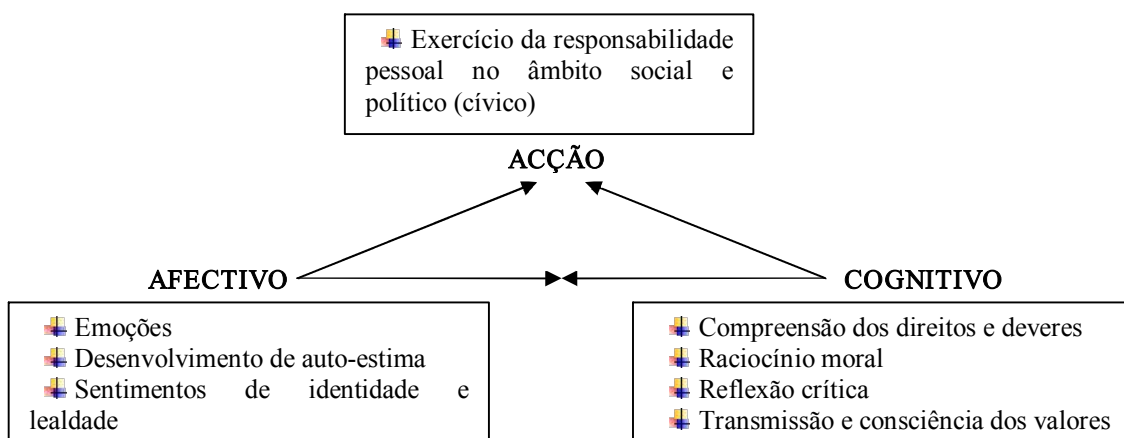
Nestes documentos, o exercício da cidadania assenta num conjunto de atitudes, valores, virtudes sustentadas pela liberdade, justiça, respeito por si e pelos outros, igualdade, com um sentido de participação democrática.

Se considerarmos a perspectiva de que compete à escola “... fornecer referências e competências básicas que permitam ao indivíduo continuar durante toda a sua vida a desenvolver e a ampliar os seus conhecimentos em função de uma autonomia e de um projecto de vida com identidade, pautado por níveis elevados de afirmação e vivência da cidadania...” (Leite,p.32), vamos ao encontro das componentes de uma educação para a cidadania apresentadas no relatório Delors:

- Aprender a conhecer
- Aprender a fazer
- Aprender a ser
- Aprender a viver juntos.

O conjunto destes quatro pilares da educação permitem que a escola cumpra a sua principal finalidade: a formação de jovens autónomos, responsáveis, informados, participativos e mobilizadores de diferentes saberes. Para além dos saberes, estes pilares da educação cobrem também os planos afectivos e cognitivos.

A conjugação destes três planos vão ao encontro da operacionalização pedagógica das diferentes dimensões da educação para a cidadania e podem segundo Rowe (1993) representar-se no chamado triângulo da cidadania (traduzido e adaptado de Rowe, in Reis, 2002, p.110) que se apresenta como:



Neste triângulo da cidadania, encontramos na base uma relação de interdependência entre os domínios cognitivo e afectivo, os quais por sua vez convergem para o domínio da acção (em que se considera a concretização de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, isto é traduz-se no exercício da responsabilidade social).

Compete também à escola organizar-se, de modo a fornecer aos jovens uma diversidade de vivências e de experiências que lhes permitam desenvolver competências de

participação cívica. Para isso, a organização na escola, passa por dois patamares distintos de:

- Âmbito curricular;
- Organização escolar (ver fig.2).

Existem múltiplas oportunidades de participação na organização da vida escolar, onde os alunos podem individualmente ou no colectivo, contribuir para a tomada de decisões e para a resolução de problemas. Entre outros, constituem espaços de intervenção:

- A Assembleia de Escola;
- O Regulamento Interno de Escola, o Projecto Curricular de Escola e o Plano Anual de Actividades;
- Cargos de delegado e subdelegado de turma;
- Conselhos de turma de âmbito disciplinar;
- A dinamização de eventos desportivos;
- Campanhas de solidariedade e de defesa do ambiente.

Esta participação não deve ser apenas formal, tem de ser estimulada e vivida, tanto mais se consideramos que “a cidadania não se aprende, vivencia-se” (Leite, p.33).

Como anteriormente foi referido, a educação para a cidadania atravessa também o patamar do currículo.

Ao longo da história do ensino em Portugal, a forma de encarar a educação para a cidadania e de a introduzir no currículo, foi variada (Roldão, 1999). No entanto, tem prevalecido uma preocupação crescente em valorizar a educação para a cidadania.

Mais recentemente, a reorganização curricular do ensino básico, implementada pelo DL nº6/2001 de 18 de Janeiro, veio instituir a educação para a cidadania como uma componente do currículo, transversal a todos os ciclos de escolaridade obrigatória, tendo com objectivos principais:

- Contribuir para a construção de uma identidade,
- Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cívica dos alunos.

Esta componente curricular operacionaliza-se de diferentes formas:

- Na transversalidade das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares;
- Na incorporação preferencial em algumas áreas disciplinares (Geografia, História, História e Geografia de Portugal, Estudos Sociais, Educação Moral e Católica) e na área curricular não disciplinar de Formação Cívica.

Se focarmos a nossa atenção num trabalho que integre os programas das diferentes disciplinas, que deve ser concretizado através de um plano, em que se organizem e definam temas e competências transversais a desenvolver nas disciplinas e nas áreas curriculares não disciplinares, reconhecemos no Projecto Curricular de Turma (PCT) um espaço de excelência para a implementação de situações de aprendizagem que concretizem o currículo nacional. Vejamos de seguida algumas das suas características...

O PCT adequa as estratégias de concretização e de desenvolvimento do currículo nacional e do Projecto Curricular de Escola (PCE) ao contexto de cada turma. Tem como objectivo principal proporcionar aprendizagens significativas e conducentes ao

desenvolvimento de competências gerais, através de uma articulação horizontal e vertical entre conteúdos e áreas disciplinares. Apoia-se num trabalho que se quer cooperativo e multidisciplinar.

O Projecto Curricular de Turma é coordenado pelo professor titular da turma (o Director de Turma), mas a sua elaboração, o seu desenvolvimento e a sua avaliação é da responsabilidade colectiva dos professores que integram o Conselho de Turma. O mesmo será dizer que tem de privilegiar competências, conteúdos, estratégias e situações de aprendizagem, adequadas à turma, e direccionadas para a construção de aprendizagens, sendo definidas as orientações para as áreas disciplinares e para as áreas transdisciplinares (Área-Projecto, Estudo Acompanhado, Formação Cívica).

Tendo como ponto de partida uma avaliação diagnóstica, a caracterização dos alunos (cujo perfil da turma deve também basear-se na análise dos processos individuais dos alunos) e o conhecimento dos interesses e capacidades dos elementos da turma, pode e deve ser avaliado e reformulado sempre que o conselho de turma o considere necessário.

O Projecto Curricular de Turma é assim encarado numa lógica de desenvolvimento curricular que delinha uma nova feição de intervenção: **decidir e gerir o quê e o como** da aprendizagem, face ao **para quem e para quê**.

O Projecto Curricular de Turma insere-se assim na evolução da prática institucional e profissional que se vê delineada no novo quadro da autonomia e gestão escolar definido para a escolaridade obrigatória em Portugal. Neste, verificamos uma nova concepção de escola, uma nova concepção de currículo e um novo posicionamento do professor face ao currículo (Ver figura 3).

A escola assume-se agora com uma instituição com capacidade de decisão (ao nível da organização e ao nível da gestão curricular), com autonomia e como instituição de vivência e aprendizagem das culturas e da democracia, incorporando e mobilizando saberes e recursos “locais”. A escola mais do que “uma comunidade escolar” passa a constituir-se como uma “comunidade educativa”, organizada por projectos (Projecto Curricular de Escola, Projecto Educativo de Escola, Projectos Curriculares de Turma).

Esta nova concepção, acredita nas “competências locais” que cada escola ou “território educativo” (agrupamento de escolas) possui para consolidar os objectivos do currículo nacional. Assim a escola é entendida “ ...como um todo integrado e não segmentário que incorpore a articulação coerente dos princípios teóricos, as necessidades e características reais da população escolar e o desenvolvimento de alternativas para a acção dos professores” (Roldão, p.54).

Neste novo quadro, o professor, assume um novo posicionamento. É chamado a participar na organização escolar e na elaboração dos diferentes projectos (Projecto Curricular de Escola, Projecto Educativo de Escola, Projectos Curriculares das Turmas) e desempenha um papel diferente face ao currículo.

Ele torna-se decisor e gestor do processo curricular, onde deve ter uma prática profissional colaborativa com os seus colegas e alunos. Torna-se um gestor de um currículo flexível praticado numa escola com autonomia (Ver fig3).

Quanto ao currículo, embora prescrito a nível nacional, deve ser gerido de forma diferenciada e contextualizada, tornando-se um processo de construção, gestão e formação reflexiva centrado na escola (Roldão, 1999). Passa-se a entender o currículo como um espaço decisional em que (...) a comunidade escolar, a nível de escola, e o professor a nível de aula, articulam os seus marcos de intervenção” (Zabalza, p.47).

É neste cenário, marcado pela capacidade de decisão, gestão e intervenção, onde se consideram e valorizam os interesses, as capacidades, as competências dos diferentes elementos da comunidade educativa, que se vê criado um **ethos de escola diferenciado e contextualizado**, favorável ao exercício da cidadania e da educação para a cidadania, onde existe um forte apelo à prática, à experiência, à intervenção, à participação livre e responsável, sustentada pelo diálogo, cooperação, trabalho colaborativo, e num exercício de respeito por si e pelo outro.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E CIDADANIA...

“A educação geográfica oferece um vasto campo para o desenvolvimento de práticas de trabalho e de relação indissociáveis da formação pessoal e social e, especificamente, da formação ou educação para a cidadania.”

(João Reis, 2002)

No actual sistema de ensino português, a geografia aparece como disciplina independente que faz parte de um currículo obrigatório para o 3º ciclo de escolaridade e como disciplina opcional no ensino secundário.

Surge como uma ciência com poder para promover a educação dos indivíduos mas também dá um contributo para a educação Internacional, para a educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento, sendo os alunos encorajados a explorar e a desenvolver o conhecimento, a compreensão, atitudes e valores (Carta Internacional da Educação Geográfica, 1992).

Com um apreço pela identidade local, nacional e global, o currículo da Geografia para a escolaridade obrigatória, aparece na nova reorganização curricular com uma articulação vertical.

Em Portugal a educação geográfica atravessa os três ciclos da escolaridade obrigatória, e a complexidade das competências definidas aumenta à medida que se vai progredindo do 1º para o 3º ciclo.

No 1º ciclo, as competências geográficas estão definidas relativamente à área “À descoberta do ambiente geográfico” integrada no “Estudo do Meio”. As experiências de aprendizagem privilegiam a observação directa (destacando-se o meio onde se insere a instituição escolar) e a observação indirecta.

No 2º ciclo, os temas e competências específicas da Geografia surgem na disciplina de História e Geografia de Portugal, na área do programa “A descoberta de Portugal e da Península Ibérica”. Neste ciclo privilegia-se a pertença e o conhecimento do território nacional, apelando à capacidade de intervenção cívica onde os alunos se inserem.

No 3º ciclo, a Geografia aparece como uma disciplina independente com um papel fundamental para o conhecimento de Portugal, da Europa e do Mundo. As competências formuladas pretendem centrar a aprendizagem no desenvolvimento da observação (directa e indirecta), na classificação, na organização e interpretação de dados, na construção e leitura de mapas, na procura de informação, no levantamento de hipóteses, na discussão de factos, na tomada de decisões, no desenvolvimento de atitudes críticas” (Ucha, p.96).

Percorrendo estes três níveis de ensino obrigatório, através da educação geográfica, procura-se explicar as características dos lugares e a distribuição da população, dos fenómenos e acontecimentos que ocorrem e evoluem à superfície da Terra, fazendo-se uma interface (ou ponte) entre as ciências naturais e as ciências sociais. Existe uma preocupação de **saber pensar o espaço** e de actuar no meio em que se vive, onde as competências geográficas essenciais se agrupam em três domínios: A localização; o conhecimento dos lugares e das regiões e o dinamismo das Inter-relações entre os espaços.

Para além da preocupação em desenvolver competências que integrem conhecimentos e capacidades, também a educação geográfica procura o desenvolvimento de atitudes e valores. Este desenvolvimento deve surgir de situações de aprendizagem direccionadas para saber pensar o espaço num contexto de novidade, de actualidade, de problematização.

Pense-se, a título de exemplo, e de acordo com a Carta Internacional da Educação Geográfica, ”... as atitudes e valores conducentes a:

- ◆ Ter interesse pelo meio envolvente e pela variedade das características naturais e humanas da superfície da Terra;
- ◆ Apreciar, não só a beleza do mundo físico mas também as diferentes condições de vida dos povos;
- ◆ Uma preocupação pela qualidade e ordenamento do meio e do habitat humano relativamente às gerações futuras;
- ◆ Compreender o significado das atitudes e valores nas tomadas de decisão;
- ◆ Desenvolver aptidões para usar conhecimentos e métodos geográficos de uma forma adequada e responsável na vida privada, profissional e pública;
- ◆ Respeitar os direitos de todos à igualdade;
- ◆ Promover o empenhamento na procura de soluções para problemas locais, regionais, nacionais e internacionais tendo como base a «Declaração Universal dos Direitos do Homem»”(Carta Internacional da Educação Geográfica,p.10).

A Geografia pela natureza das suas finalidades, dos seus temas e conteúdos assume papel relevante no domínio da Educação para a Cidadania. Possibilita o

desenvolvimento de variadas práticas de trabalho, conhecimentos, atitudes e valores contribuindo para uma cidadania interventiva a diferentes escalas.

Por último refira-se nesta breve relação entre, educação geográfica e cidadania, a abordagem de questões que estão previstas no novo desenho curricular da Geografia: A construção Europeia; a interdependência económica e política; a preservação ambiental; a qualidade de vida; o desenvolvimento sustentável.

Cabe a cada um de nós, enquanto professores, aceitar os desafios que a Geografia e a Escola nos colocam, em nome da cidadania.

NO ENCONTRO DA CIDADANIA, DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E DO PROJECTO CURRICULAR DE TURMA...

“Ir para além do sim ou do não, usar a palavra oral e escrita, forma indelével de compromisso com o eu, para perguntar, explicitar, distinguir, opinião de facto, confrontar, explicar, mobilizar informação, debater, assumir posições, argumentar, são exercícios de construção de pensamento e acção, comuns a todas as disciplinas e recurso de todos os professores.”

(Vogel Ginsgurger, 1998)

Existe consenso em reconhecer a instituição escolar como um lugar privilegiado para o exercício da cidadania sem o monopólio da mesma. Assim cabe, também, aos sistemas educativos desenvolver saberes e práticas da cidadania.

Considerada por alguns como uma «educação cívica», por outros como «uma educação pessoal e social», actualmente pensada como parte integrante da área disciplinar não curricular de Formação Cívica. “... a concretização da educação para a cidadania nas escolas portuguesas tem dado azo a práticas muito diversificadas, as quais têm tido, na maior parte dos casos, um impacto espacial e temporal restrito.” (Ferreira; pág.1).

Vários são os documentos emanados pelo Ministério da Educação (currículos, LBSE...) que apontam a educação para a cidadania como uma das finalidades do sistema educativo. Aos professores é solicitado que promovam uma educação para a cidadania, sem que lhes sejam indicadas, de forma clara, práticas pedagógicas e metodologias de acção. Assim, para muitos professores a educação para a cidadania continua a ser encarada como algo de difícil concretização, e por vezes mesmo inatingível (Ferreira, 2002). Embora com inúmeras dificuldades, várias práticas escolares têm sido desenvolvidas nos estabelecimentos escolares, desencadeadas quer por iniciativas individuais, quer por grupos de professores.

Mas também para estes docentes que aceitam o compromisso e os desafios de uma educação para a cidadania, é reconhecida "...a necessidade de se empreender um esforço de clarificação que possibilite aos actores do sistema de ensino, a implementação de práticas mais consubstanciadas, assentes em modelos teóricos e práticos clarificadores"(Ferreira; pág.7).

CIDADANIA NO ESPAÇO ESCOLA...

Como já referido, a área curricular não disciplinar de Formação Cívica é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania. Constitui um espaço de diálogo e de reflexão "... que proporciona aos alunos a vivência de um conjunto de experiências e de situações que lhes permitirão desenvolver as aptidões e as competências essenciais para a plena fruição da cidadania e para a construção da sua identidade como seres autónomos e empenhados nos problemas do mundo que os rodeia" (Leite; pág.34).

Mas o exercício da cidadania não se esgota no espaço da Formação Cívica. Ele é transversal às restantes áreas curriculares não disciplinares e às diferentes áreas disciplinares.

Como já se mencionou a educação geográfica tem finalidades e características que fazem dela uma área com forte contributo e potencial para o exercício da cidadania.

Como igualmente foi mencionado, o Projecto Curricular de Turma constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e experiências educativas que fomentam a educação para a cidadania. Pretende-se através dele a integração e articulação de conteúdos e saberes curriculares, tendo em consideração os interesses, as capacidades dos alunos e as competências que estes devem desenvolver.

É um espaço onde os alunos devem ser os principais agentes do processo educativo e onde se deve promover o desenvolvimento global do aluno, isto é, não apenas promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, mas também as capacidades de equilíbrio pessoal, de inserção social, de relacionamento inter-pessoal e as capacidades motoras. Por outro lado, também não pode descorar os aspectos motivacionais, afectivos e relacionais dos alunos.

O Projecto Curricular de Turma reforça o carácter social e socializador da escola e por conseguinte o seu papel cívico.

O Projecto Curricular de Turma se bem estruturado e organizado, assume-se como um processo que não leva à acumulação de novos saberes. Leva à integração e estabelecimento de relações entre os diferentes saberes, o que implica a necessidade de um trabalho de equipa entre os diferentes professores de cada turma, situação que nem sempre é conseguida, quer por factos institucionais (com constitui exemplo, a falta de um espaço comum no horário dos professores, para que estes possam trabalhar em conjunto), quer por algumas dificuldades ainda sentidas por alguns professores, em partilhar o seu trabalho com os seus colegas.

Assim, o Projecto Curricular de Turma possibilitando:

- ✚ O desenvolvimento de temas em torno de questões da qualidade de vida, ambiente e património, a diferentes escalas de análise;
- ✚ A compreensão do mundo em torno de áreas centrais e áreas periféricas;
- ✚ A criação de situações de aprendizagem que promovam o conhecimento dos direitos, deveres e obrigações igualitárias;
- ✚ Acções educativas de intervenção e com sentido crítico;
- ✚ A criação de situações de aprendizagem que atravessam os diferentes planos dos saberes, da acção, e do plano afectivo e cognitivo;
- ✚ O desenvolvimento de trabalho de grupo, individual, o trabalho de projecto, o trabalho de campo, o estudo de caso;

contribui para o desenvolvimento da educação para a cidadania e aparece como um espaço onde a educação geográfica pode e deve marcar a sua intervenção, pois que a geografia “... contribui para o conhecimento do diferente, do próximo e do distante, dos patrimónios e pertenças e para a consciência do destino comum «...», ensina as formas de participação na vida democrática e como se afirmam e defendem os direitos humanos «...», educa para o respeito e compromisso pela vida, a natureza, o equilíbrio ecológico, o desenvolvimento sustentável.” (Paixão; pág.17).

Mas como tornar efectivo tudo isto?

Promovendo acções positivas de educação para a cidadania, que podem ser desenvolvidas no Projecto Curricular de Turma.

Entre as actividades/acções mais estimulantes para os alunos e mais produtivas no plano da formação para a cidadania (e de acordo com X. González; M^a de Lourdes Paixão), destacam-se:

- ✚ O trabalho de projecto;
- ✚ O estabelecimento de parcerias;
- ✚ A promoção de semanas culturais;
- ✚ As simulações;
- ✚ Os debates (debates temáticos, que suscitem conflitos cognitivos, partam de temas concreto da vida quotidiana e que impliquem a consciencialização, reflexão crítica e tomada de decisões);
- ✚ A análise crítica dos meios de comunicação;
- ✚ A criação do jornal de escola e/ou rádio escolar;
- ✚ A celebração de datas;
- ✚ A colaboração em campanhas de voluntariado e solidariedade social;
- ✚ O estabelecimento de redes e intercâmbios com outras escolas (nacionais ou estrangeiras);
- ✚ A participação em projectos internacionais;

✚ A criação de situações de voto;

✚ O estudo de questões e de problemas actuais a diferentes escalas.

Em suma actividades/acções que promovam o desenvolvimento pessoal e social do aluno, apelando a diferentes saberes, experiências de aprendizagens, metodologias e contando com a participação de diferentes agentes, e favorecendo o desenvolvimento de competências que integrem a acção, a experiência, os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores cívicos.

São actividades e acções em que a disciplina de Geografia pode dar resposta, nomeadamente se forem abordadas questões com importante dimensão geográfica, como são exemplo as mencionadas na Carta Internacional de Educação Geográfica:

O Projecto Curricular de Turma é um espaço que coloca novos desafios, novos estímulos, para promover a educação para a cidadania. Compete aos professores de Geografia explorar e potencializar de forma mais activa este espaço de intervenção educativa. Através de uma participação activa da disciplina de Geografia nos Projectos Curriculares de Turma potencializa-se a educação para a cidadania.

O Projecto Curricular de Turma constitui um desafio para os professores de Geografia, onde “cada professor, a partir da sua bagagem particular, atribuir-lhe-á um sentido e um significado...” (Coll, Cèsar;pág.16), aceitando os desafios e os compromissos da educação para a cidadania, que não se esgota nos tempos dos blocos lectivos semanais, nem no patamar do currículo.

BIBLIOGRAFIA

DL nº 6/2001 de 18 de Janeiro.

DL nº115-A/98 de 4 de Maio.

Coll, César et al(2001) –“ Os professores e a concepção construtivista” in O construtivismo na sala de aula -novas perspectivas para a acção pedagógica. Edições Asa.

Comissão da Educação Geográfica (1992) – Carta Internacional da Educação Geográfica.

Ferreira, Manuela M. et al (2002) – Educação para a Cidadania: Tendências actuais.

Leite, Manuela e al (2002) – Formação Cívica-1º volume. Cadernos Áreas Curriculares não disciplinares. Porto Editora.

Nogueira, Conceição e Silva, Isabel (2001) – Cidadania – construção de novas práticas em contexto educativo. Edições Asa.

Paixão, Mª de Lourdes Ludovice (2000) - Educar para a cidadania. Lisboa Editora.

Praia, Maria (?) – Educação para a cidadania: Teoria e prática. Edições Asa.

Reis, João (1996) –“ Do sentido da Geografia escolar” in actas do II congresso da Geografia Portuguesa. Associação Portuguesa de Geógrafos.pp.127-136.

Reis, João (2002) – “Cidadania na Escola: desafio e compromisso” in Inforgeo, nº15- Educação Geográfica. Associação Portuguesa de Geógrafos.

Roldão, M.C. (1999) – “ Cidadania e Currículo” in Inovação, vol.12,nº1.Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.

Roldão, M.C. (1999) – Os professores e a gestão do currículo –perspectivas e práticas em análise. Porto Editora.

Santos, Boaventura S. (2000) –A crítica da razão indolente. Porto. Edições Afrontamento.

Ucha, Luísa e Ferreira, Conceição (2002) – “ O cidadão geograficamente competente: competências da Geografia no ensino básico” in Inforgeo, nº15- Educação Geográfica. Associação Portuguesa de Geógrafos.pp.91-102.

Zabalza,M. (1992) –“do currículo ao projecto “ in Canário, R. (org.), Inovação e Projecto Educativo de Escola. Lisboa: Educa.pp.17-55.

Figura 1 - Cidadania Múltipla



Figura 2 - Exercício da Cidadania...

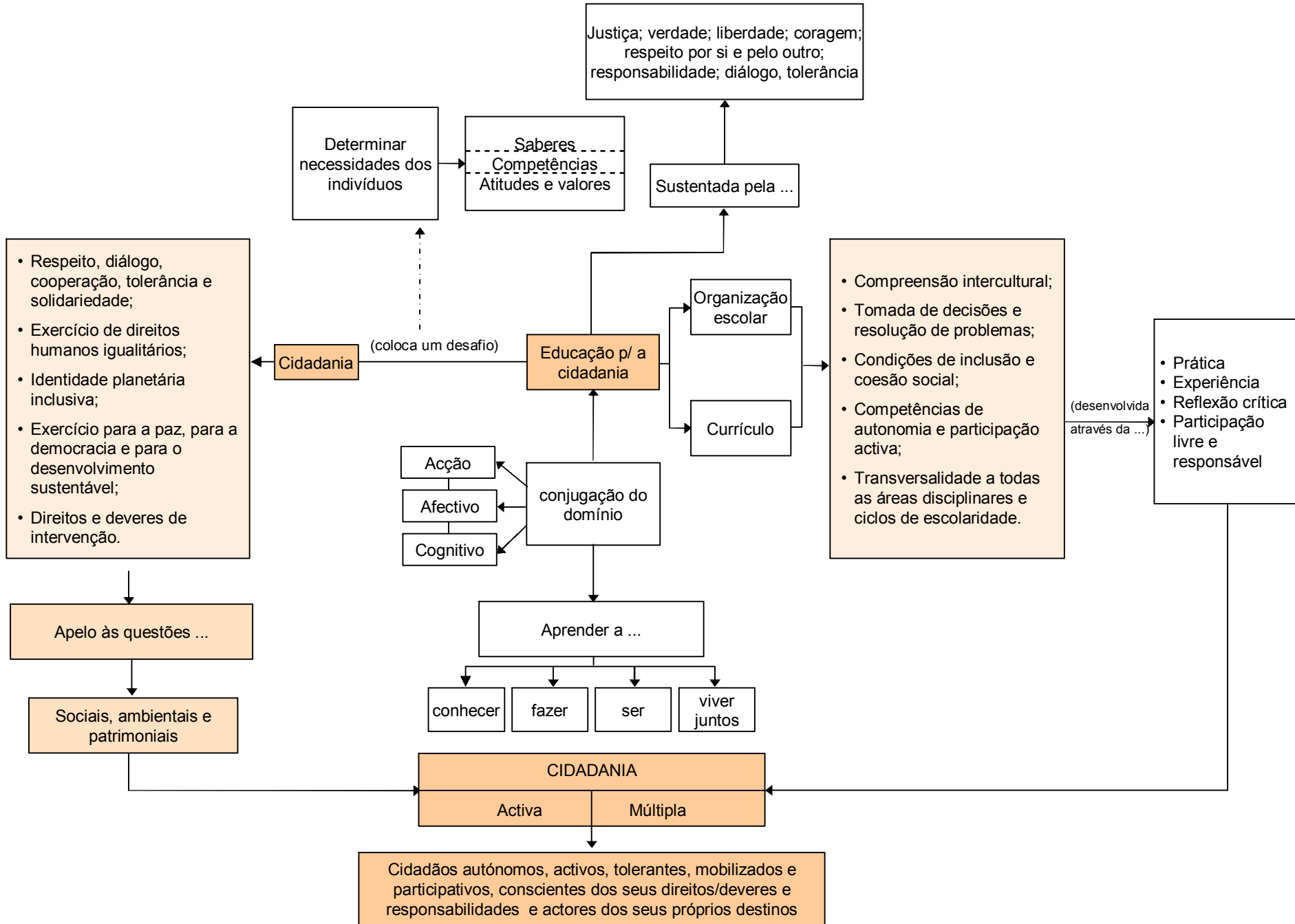


Figura 3 - Nova Conceção de Escola, de Currículo e do Posicionamento do Professor

